



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

## TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - OFICIAL DE DILIGÊNCIA

Tipo 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

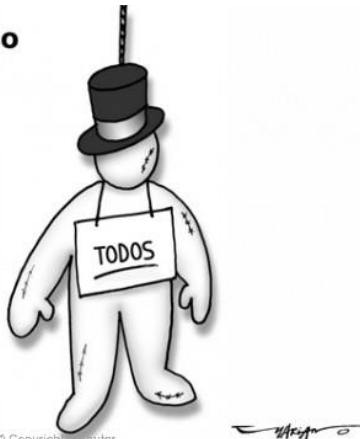
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Língua Portuguesa

Observe a charge abaixo, alusiva ao Sábado de Aleluia, dia da malhação do Judas:

### GENÉRICO



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright autor

### 1

A leitura inadequada a respeito dos elementos presentes nesta charge é:

- (A) o termo “genérico” é uma transferência da designação de remédios;
- (B) a posição do boneco representando Judas alude ao seu suicídio por enforcamento;
- (C) o vocábulo “todos” no cartaz se refere a todo o povo brasileiro, que sofre com a corrupção reinante;
- (D) a charge é uma condenação global a todos os que cometem crimes de corrupção;
- (E) a cartola sobre a cabeça do boneco destaca a crítica à parte da classe dominante.

### TEXTO 1 - História Dos Medicamentos Genéricos No Brasil

O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.

Atualmente temos mais de 21 mil apresentações, sendo possível tratar, com medicamentos genéricos, a maioria das doenças conhecidas.

Absolutamente seguros e eficazes, além de mais baratos que os chamados medicamentos inovadores, os genéricos, ao longo destes anos, trouxeram uma nova realidade para os consumidores do país, principalmente no que diz respeito à qualidade. (Associação Brasileira de Genéricos)

### 2

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787...”; “Atualmente temos mais de 21 mil apresentações, sendo possível tratar, com medicamentos genéricos, a maioria das doenças...”.

A frase abaixo em que a preposição COM tem o mesmo valor semântico que apresenta nas frases acima (texto 1) é:

- (A) Anda com o violão debaixo do braço.
- (B) Ele está em desacordo com a família.
- (C) Os pais são dóceis com os filhos.
- (D) O jarro com vinho está sobre a mesa.
- (E) Mexeu no braseiro com um garfo.

### 3

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes...”.

Nesse segmento do texto 1, o verbo “dar” mostra o sentido de “ocorrer”; a opção em que o sentido desse mesmo verbo está corretamente indicado é:

- (A) deu o dinheiro a um necessitado / ceder, entregar;
- (B) deram-lhe uma joia pelo quadro / oferecer;
- (C) deram-lhe 100 mil pela estatueta / trocar;
- (D) deu na TV que vai chover / assistir;
- (E) elas sempre se dão bem nas provas / pensar, refletir.

### 4

“O programa de medicamentos genéricos (1), criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787 (2), se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Após apenas 4 anos da criação dessa lei (3), os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas (4).”

Considerando os termos sublinhados e numerados, são complementos dos termos anteriores:

- (A) (1) e (2);
- (B) (1), (3) e (4);
- (C) (2), (3) e (4);
- (D) (1) e (3);
- (E) (1), (2) e (3).

**5**

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996”.

Segundo o que se pode inferir desse segmento do texto 1, o programa de medicamentos genéricos:

- (A) deixou de ocorrer antes porque o Brasil não respeitava o direito de patentes;
- (B) ocorreu em 1999 porque só poderia ter sido criado após três anos do reconhecimento de patentes;
- (C) podia ter sido criado antes porque o Brasil não reconhecia o direito de patentes;
- (D) ocorreu em 1999 porque o país reconheceu, pela primeira vez, o direito de patentes;
- (E) foi criado embora o Brasil tenha voltado a reconhecer o direito de patentes.

**6**

“Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações,...”.

Nesse segmento do texto 1, o emprego da forma ESSA é justificado pelo mesmo motivo que aparece corretamente no seguinte segmento:

- (A) os genéricos e os remédios de marca estão disponíveis no mercado e tanto esses quanto aqueles são bastante úteis;
- (B) os genéricos possuem preços mais baixos e essa novidade fez com que seu consumo aumentasse;
- (C) em 1999 apareceu esse produto novo: os remédios genéricos foram criados;
- (D) artrite, rinite e estomatite são inflamações; esta, essa e aquela podem ser combatidas por remédios genéricos;
- (E) não me venha com essa história de os remédios genéricos não serem tão eficazes.

**7**

“Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.”

O comentário INADEQUADO sobre um componente desse segmento do texto 1 é:

- (A) “após” é uma preposição com valor de “tempo”;
- (B) “apenas” é um modalizador que indica serem 4 anos pouco tempo, na consideração do enunciador;
- (C) “já” é um modalizador que mostra ter a disponibilidade de 4 mil apresentações ocorrido muito rapidamente;
- (D) “mais de” é uma locução com valor de “intensidade”;
- (E) as formas de gerúndio “atendendo” e “abrangendo” têm valor equivalente a “que atendem” e “que abrangem”.

TEXTO 2 - Por que muitos continuam usando os remédios de marca?

Basicamente, pelo marketing da indústria farmacêutica, que consegue convencer o paciente a adquirir o produto de marca. Além disso, se um paciente finalmente encontrou um remédio que funciona para o seu caso, pode resistir a trocá-lo pela versão genérica, por medo de perder o efeito do medicamento - embora o genérico equivalha ao de referência. E há princípios inativos nas drogas genéricas que podem ser diferentes daqueles das drogas de marca. Eles não afetam a maneira como a droga funciona, mas podem alterar a aparência e o sabor, fazendo as pessoas pensarem que falta alguma coisa no remédio genérico. (Veja.com)

**8**

Na pergunta da revista (texto 2), a forma de “Por que” aparece grafada corretamente; a frase em que a forma sublinhada é igualmente correta é:

- (A) Os médicos sabem porquê indicam os genéricos.
- (B) Desconheço a razão porque eles tomam remédios de marca.
- (C) Os genéricos são mais baratos por que não pagam impostos.
- (D) Os pacientes preferem os genéricos por que?
- (E) Queria saber o porquê de os genéricos venderem mais.

**9**

Segundo o texto 2, a principal razão para o uso de remédios de marca é:

- (A) o efeito eficaz desses remédios;
- (B) a manutenção do mesmo cheiro e sabor;
- (C) a credibilidade ganha pela marca;
- (D) a força da divulgação desses produtos;
- (E) os princípios ativos de sua composição.

**10**

Os dois verbos do texto 2 que possuem substantivos cognatos formados com o mesmo sufixo são:

- (A) continuar / conseguir;
- (B) convencer / adquirir;
- (C) encontrar / funcionar;
- (D) resistir / equivaler;
- (E) perder / alterar.

TEXTO 3 - Por que a compra do medicamento pelo princípio ativo fará baixar o preço do medicamento?

Esta é uma das zonas de maior tensão da indústria farmacêutica mundial. Se por um lado os medicamentos ficam mais baratos pela fórmula já existir e ser comprovadamente eficiente, por outro lado os custos mais baixos são consequências diretas do não investimento das fabricantes dos genéricos em pesquisas para novos medicamentos e no marketing de seus produtos. Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população.

Por outro lado, como há o respeito às patentes dos medicamentos (salvo casos especiais, como foi com os medicamentos do coquetel anti-HIV), as indústrias farmacêuticas têm tempo de sobra para recuperar os investimentos em pesquisa durante o tempo em que seus medicamentos estão “sozinhos” no mercado. Vale também ressaltar que os medicamentos genéricos não tiram os de marca (referência) do mercado, apenas concorrem lado a lado. (Saúde Melhor)

### 11

A pergunta formulada ao início do texto 3:

- (A) ainda não apresenta resposta satisfatória;
- (B) não é respondida no corpo do texto;
- (C) é respondida de forma clara;
- (D) é evitada pelo interrogado;
- (E) traz uma resposta confusa e pouco convincente.

### 12

A pergunta inicial do texto 3 se refere à compra do medicamento “pelo princípio ativo”; em caso contrário, o remédio é comprado:

- (A) pela receita médica;
- (B) pela marca do medicamento;
- (C) pelo fabricante;
- (D) pelo princípio inativo;
- (E) pelo preço.

### 13

“Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população”.

O risco a que alude o texto 3 deriva do fato de:

- (A) haver remédios de preços obrigatoriamente mais altos;
- (B) existirem medicamentos falsificados;
- (C) passar a haver redução da pesquisa;
- (D) chegarem ao mercado muitos medicamentos genéricos;
- (E) desaparecerem do mercado remédios consagrados.

### 14

“Esta é uma das zonas de maior tensão da indústria farmacêutica mundial. Se por um lado os medicamentos ficam mais baratos pela fórmula já existir e ser comprovadamente eficiente, por outro lado os custos mais baixos são consequências diretas do não investimento das fabricantes dos genéricos em pesquisas para novos medicamentos e no marketing de seus produtos. Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população”.

Os termos abaixo que, se trocados de posição, alteram o seu sentido original são:

- (A) de maior tensão / de tensão maior;
- (B) ficam mais baratos / mais baratos ficam;
- (C) pela fórmula já existir / por já existir a fórmula;
- (D) os custos mais baixos / os mais baixos custos;
- (E) novos medicamentos / medicamentos novos.

### 15

O termo sublinhado abaixo que exerce a função de adjunto do termo anterior é:

- (A) compra do medicamento;
- (B) preço do medicamento;
- (C) fabricante dos genéricos;
- (D) descoberta de novos medicamentos;
- (E) marketing de seus produtos.

TEXTO 4 - Pesquisa realizada pela PROTESTE Associação de Consumidores e divulgada dia 23 de agosto, revela que a população confia nos genéricos e chega a pedir para os médicos prescrevê-los.

Mas parte da classe médica ainda tem dúvidas sobre esses remédios por conta do processo de avaliação da qualidade e falsificação.

Para 45% dos médicos que participaram da pesquisa o processo de avaliação e controle de qualidade dos genéricos é menos exigente do que o que ocorre com os medicamentos de marca. E 44% deles acreditam que esses remédios sofrem mais falsificações. Ainda assim, 92% deles afirmaram ter recomendado o medicamento no último ano para reduzir o custo de tratamento ou a pedido do paciente.

Uma boa parte dessa parcela de profissionais da saúde não concordou com a ideia de os genéricos serem tão eficazes (30%), nem de terem a mesma segurança (23%) que os remédios de referência. Quase metade (42%) afirmou não ter o hábito de prescrevê-los.

Os farmacêuticos influenciam os consumidores na hora de comprar os genéricos, pois, segundo 88% dos entrevistados, pelo menos uma vez, esses profissionais sugeriram a substituição do remédio prescrito por um genérico.

### 16

O texto 4 se mostra:

- (A) favorável aos genéricos por seu baixo preço;
- (B) favorável aos genéricos por serem de igual eficiência;
- (C) favorável aos genéricos por serem prescritos por especialistas;
- (D) contrário aos genéricos por não serem muito eficientes e seguros;
- (E) contrário aos genéricos por serem sugeridos pelos farmacêuticos.

**17**

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) descritivo, pois enumera as qualidades dos genéricos;
- (B) narrativo, pois relata a evolução dos medicamentos genéricos;
- (C) dissertativo informativo, pois informa os leitores das novas pesquisas sobre medicamentos;
- (D) dissertativo didático, pois ensina os consumidores a diferenciar medicamentos genéricos e de marca;
- (E) dissertativo argumentativo, pois defende implicitamente uma tese.

**18**

Entre as oposições citadas no texto 4 entre medicamentos genéricos e remédios de marca, NÃO está presente:

- (A) confiança da classe médica X desconfiança da população;
- (B) boa qualidade X má qualidade;
- (C) com garantia de segurança X sem garantia de segurança;
- (D) prescrição médica X indicação de farmacêuticos;
- (E) garantia de fabricação X risco de falsificação.

**19**

“Os farmacêuticos influenciam os consumidores na hora de comprar os genéricos”.

A forma de reescrever-se esse segmento do texto 4 que modifica o seu sentido original é:

- (A) na hora de comprar os genéricos os farmacêuticos exercem influência sobre os consumidores;
- (B) os consumidores são influenciados pelos farmacêuticos na hora de comprar os genéricos;
- (C) na hora da compra dos genéricos os farmacêuticos influenciam os consumidores;
- (D) os farmacêuticos, na hora da compra dos genéricos, influenciam os consumidores;
- (E) os farmacêuticos recebem influência dos consumidores na hora da compra dos genéricos.

**20**

“Pesquisa realizada pela PROTESTE Associação de Consumidores e divulgada dia 23 de agosto, revela que a população confia nos genéricos e chega a pedir para os médicos prescrevê-los.

Mas parte da classe médica ainda tem dúvidas sobre esses remédios por conta do processo de avaliação da qualidade e falsificação.

Para 45% dos médicos que participaram da pesquisa o processo de avaliação e controle de qualidade dos genéricos é menos exigente do que o que ocorre com os medicamentos de marca. E 44% deles acreditam que esses remédios sofrem mais falsificações”.

A forma verbal que mostra um erro de norma culta é:

- (A) confia;
- (B) prescrevê-los;
- (C) tem;
- (D) participaram;
- (E) acreditam.

**21**

O texto 4 cita a presença da classe médica na pesquisa realizada com a finalidade de:

- (A) mostrar a preocupação da classe com os genéricos;
- (B) demonstrar a ineficácia dos genéricos;
- (C) dar confiança aos leitores sobre o que é comentado;
- (D) indicar a baixa qualidade da fiscalização;
- (E) atribuir capacidade aos médicos e retirar a dos farmacêuticos.

## Conhecimentos Específicos

**22**

A Constituição da República Federativa do Brasil adotou, como forma de Estado, a federação. A existência dessa federação é caracterizada pela:

- (A) subordinação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à União, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;
- (B) autonomia política da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;
- (C) subordinação dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;
- (D) concentração da autonomia política na União, que representa o Poder Público nas relações internas e internacionais;
- (E) autonomia política da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

**23**

Dentre as garantias fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil previu a existência do *habeas data*. Esse instrumento pode ser utilizado para:

- (A) proteger direito líquido e certo;
- (B) retificar dados;
- (C) proteger a liberdade de locomoção;
- (D) permitir o exercício de direitos ainda não regulamentados;
- (E) assegurar o direito à liberdade de expressão.

**24**

Ernesto, filho de pais brasileiros, nascido e registrado na República do Paraguai, ao atingir a maioridade, decide vir para o Brasil. Ao chegar neste País, consulta um Defensor Público a respeito dos seus direitos. É correto afirmar que Ernesto:

- (A) pode optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- (B) somente pode obter a nacionalidade brasileira se for naturalizado;
- (C) é considerado brasileiro nato pelo simples fato de seus pais serem brasileiros;
- (D) somente pode optar pela nacionalidade brasileira se os seus pais estavam, no Paraguai, a serviço do Brasil;
- (E) somente terá reconhecida a nacionalidade brasileira se o Paraguai oferecer reciprocidade ao Brasil.

**25**

Dois estudantes de Direito travaram intensa discussão a respeito da competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, certas autoridades. É correto afirmar que o STF deve julgar:

- (A) o Presidente da República, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade;
- (B) os Ministros de Estado, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade;
- (C) o Procurador-Geral da República, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade;
- (D) os membros do Congresso Nacional, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade;
- (E) os membros dos Tribunais Superiores, nas infrações penais comuns, não nos crimes de responsabilidade.

**26**

O Superior Tribunal de Justiça, entre outras competências, possui a de julgar o “recurso especial”, espécie de recurso que somente pode ser manejado nas situações previstas no texto constitucional. De acordo com a Constituição da República, esse recurso é cabível quando a decisão recorrida:

- (A) contrariar dispositivo da Constituição da República;
- (B) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição da República;
- (C) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- (D) julgar válida lei local contestada em face de lei federal;
- (E) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

**27**

O Poder Judiciário é organizado em harmonia com as diretrizes estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, incluindo o modo de ingresso na carreira e os critérios de promoção. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o acesso ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça ocorre, exclusivamente, a partir de promoção na carreira;
- (B) a promoção na carreira é definida, exclusivamente, pelo critério de merecimento;
- (C) a unidade do Poder Judiciário permite que juízes vinculados aos Estados sejam transferidos para a União;
- (D) os juízes comissionados são nomeados pelo Governador a partir de lista tríplice formada pelo Tribunal de Justiça;
- (E) a promoção de juízes para o Tribunal de Justiça deve seguir, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

**28**

A Constituição da República Federativa do Brasil assegurou aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo um regime previdenciário, tendo estabelecido, ainda, os seus contornos básicos. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o regime previdenciário não é contributivo, sendo mantido exclusivamente com recursos públicos;
- (B) a aposentadoria compulsória, para os servidores do Poder Executivo, é deferida aos oitenta anos de idade;
- (C) os servidores públicos, a cada falta ao serviço, perdem um dia de aposentadoria;
- (D) a aposentadoria por invalidez permanente, conforme a origem e a natureza da respectiva causa, pode ser deferida com proventos integrais;
- (E) a aposentadoria voluntária dos homens e das mulheres está sujeita, por força da isonomia, aos mesmos requisitos.

**29**

Ao enunciar os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição da República Federativa do Brasil assegurou uma série de direitos relacionados à apuração da responsabilidade penal das pessoas em geral. Nesse particular, é correto afirmar que a lei penal:

- (A) somente poderá retroagir para beneficiar o réu;
- (B) sempre poderá retroagir caso disponha dessa maneira;
- (C) prejudicial ou benéfica ao réu, jamais poderá retroagir;
- (D) somente poderá retroagir quando o interesse público justificar essa medida;
- (E) somente poderá retroagir para aumentar a pena, não para criar um novo crime.

**30**

O princípio constitucional do juiz natural identifica o juiz competente para o julgamento da causa com base em regras estabelecidas previamente à ocorrência do fato em questão. Esse princípio garante a imparcialidade da própria pessoa do juiz. Nesse sentido, o nosso ordenamento jurídico:

- (A) proíbe a instituição de juízo ou tribunal de exceção;
- (B) admite que se escolha o juízo da causa por foro de eleição;
- (C) proíbe que se ajuíze novamente uma mesma demanda quando a primeira foi extinta por carência de ação;
- (D) proíbe a criação de varas especializadas nas comarcas;
- (E) admite que os juízes sejam substituídos, de ofício, pelo Presidente do Tribunal para julgar as demandas, em casos de repercussão nacional.

**31**

Manoel moveu ação judicial em face de Joana, pleiteando a condenação desta a lhe pagar verba indenizatória em razão da prática de um ato ilícito. Manoel veio a falecer no curso do processo. Os herdeiros do autor requereram a habilitação para assumir o polo ativo. Tendo sido deferida pelo juiz a habilitação pleiteada, pode-se afirmar que ocorreu a:

- (A) substituição processual;
- (B) sucessão processual;
- (C) revelia;
- (D) exceção;
- (E) prorrogação da competência.

**32**

O Ministério Público, por seu Promotor de Justiça com atribuição para o feito, ajuizou ação de investigação de paternidade em face de João, para que fosse reconhecida a sua condição de pai em relação ao menor José, ainda sem registro. A legitimidade com que o autor da demanda atua no caso é:

- (A) ordinária;
- (B) passiva;
- (C) ativa;
- (D) mista;
- (E) extraordinária.

**33**

O procedimento sumário configura uma série ordenada de atos processuais em que a cognição é plena e há concentração dos referidos atos. A hipótese que se aplica a esse tipo de procedimento é:

- (A) a decisão pode fazer coisa julgada material;
- (B) admite reconvenção;
- (C) a Fazenda Pública tem o prazo em quádruplo para contestar;
- (D) após a citação, o réu tem o prazo de quinze dias para contestar;
- (E) é admissível ação declaratória incidental.

**34**

Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. No mérito, lhe é facultado arguir:

- (A) inexistência ou nulidade da citação;
- (B) coisa julgada;
- (C) incompetência relativa;
- (D) preempção;
- (E) inexistência do fato constitutivo do direito do autor.

**35**

João distribuiu uma petição inicial em que postula a condenação de José ao pagamento de uma indenização em dinheiro, por força do descumprimento de uma obrigação contratual. A petição inicial foi instruída com os documentos e requisitos indispensáveis à propositura da ação. Nesse sentido, NÃO configura requisito da petição inicial:

- (A) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
- (B) o valor da causa;
- (C) o pedido, com suas especificações;
- (D) o requerimento de citação do réu;
- (E) a norma jurídica aplicável ao caso.

**36**

Todas as sentenças produzem coisa julgada formal, uma vez que atingirão o trânsito em julgado e mais nenhum ato processual poderá ser praticado no curso daquela relação. Todavia, algumas sentenças atingem sua finalidade principal que é a de julgar a relação jurídica de direito material que foi apresentada pelas partes diante do juiz. Nesse caso, diz-se que as sentenças são definitivas, gerando coisa julgada material. Apresenta-se uma sentença com aptidão para gerar coisa julgada material quando o juiz:

- (A) reconhecer a ilegitimidade passiva do réu;
- (B) reconhecer que há confusão entre autor e réu;
- (C) reconhecer que a ação é considerada intransmissível por disposição legal;
- (D) pronunciar a decadência ou a prescrição;
- (E) reconhecer a falta de interesse de agir.

**37**

A petição inicial é o instrumento da demanda. Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara. Todavia, há casos em que a petição inicial será indeferida. Deverá o juiz indeferir a petição inicial quando:

- (A) contiver pedidos alternativos, quando pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo;
- (B) o autor formular mais de um pedido em ordem sucessiva a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior;
- (C) o autor atribuir um valor à causa, quando esta não tem conteúdo econômico;
- (D) contiver pedidos incompatíveis entre si;
- (E) o pedido for juridicamente possível.

**38**

José, Juiz de Direito da Comarca, com competência para o feito, recebeu uma petição inicial para manifestação inaugural, quando percebeu que seu tio, que é seu parente em terceiro grau, era o advogado da parte autora. Poderá José:

- (A) se declarar impedido para o julgamento da causa, porque o advogado da parte é seu parente;
- (B) se declarar suspeito para o julgamento da causa, porque não pode julgar uma demanda em que seu tio é o advogado da parte;
- (C) proceder ao julgamento da causa, porque o fato de seu tio atuar como advogado da parte não o torna, por este motivo, impedido para o julgamento;
- (D) extinguir o processo, sem resolução do mérito, porque não poderia julgar a demanda em que seu tio é o advogado;
- (E) determinar que a parte constitua novo advogado, uma vez que não poderia julgar a demanda com seu tio patrocinando a causa.



**39**

Jorge praticou crime de estupro em face de Júlia, jovem de 24 anos e herdeira do proprietário de um grande estabelecimento comercial localizado em São Paulo. O crime, de acordo com o Código Penal e com as suas circunstâncias, é de ação penal pública condicionada à representação. Não houve prisão em flagrante, sendo os fatos descobertos por outras pessoas diferentes da vítima apenas uma semana após a ocorrência. Até o momento, não foi decretada a prisão preventiva de Jorge. Diante dessa situação, sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) a representação é indispensável para a propositura da ação penal condicionada, mas a instauração do inquérito policial dela independe;
- (B) a ausência de contraditório no inquérito impede que o advogado do agente tenha acesso a qualquer elemento informativo produzido, ainda que já documentado;
- (C) caso seja instaurado inquérito, concluindo pela ausência de justa causa, poderá a autoridade policial determinar o arquivamento do procedimento diretamente;
- (D) estando o indiciado solto, o inquérito policial deverá ser concluído impreterivelmente no prazo de 15 dias, prorrogáveis apenas uma vez por igual período;
- (E) o arquivamento do inquérito por ausência de justa causa permite um posterior desarquivamento pela autoridade competente, caso surjam novas provas.

**40**

Renata foi autora de crime de injúria praticado em desfavor de Ana Carolina, sua antiga vizinha e, até então, amiga. Diante disso, Ana Carolina procurou um advogado e propôs queixa crime, observadas todas as formalidades legais. Renata foi citada e a instrução teve seu curso regular. Foi publicada decisão intimando o defensor da vítima e o querelante para apresentarem alegações finais, tendo se mantido inerte por 40 dias. O fato de o querelante deixar de promover o andamento desse processo durante 30 dias seguidos, de acordo com o Código de Processo Penal, configura:

- (A) perdão tácito do ofendido;
- (B) perempção;
- (C) perdão judicial tácito;
- (D) renúncia ao direito de representação;
- (E) decadência.

**41**

Kim, 31 anos, invejada por sua fama e beleza, foi vítima de crime de ameaça, previsto no artigo 147 do Código Penal, que assim dispõe: *“Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção de 1 a 6 meses, ou multa. Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.”* A carta ameaçadora não foi assinada, mas constava que foi enviada em 05.01.2015 e recebida em 07.01.2015. No dia 20.01.2015, Kim descobriu que a ameaça havia sido realizada por Scott. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que para exercer o direito de representação, Kim teria o prazo de:

- (A) 03 meses, contado a partir de 07.01.2015;
- (B) 06 meses, contado a partir de 20.01.2015;
- (C) 03 meses, contado a partir de 20.01.2015;
- (D) 06 meses, contado a partir de 07.01.2015;
- (E) 03 meses, contado a partir de 06.01.2015.

**42**

Paulo, juiz de direito, é casado com Fernanda há 03 (três) anos. Heloísa, mãe de Fernanda, foi denunciada pela prática de crime de extorsão que teria praticado dois anos antes do casamento, apesar de a denúncia só ter sido oferecida no ano atual. A ação penal contra Heloísa foi distribuída para a Vara Criminal da qual Paulo é juiz titular. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Penal:

- (A) restou configurada causa de impedimento;
- (B) Paulo poderá funcionar como juiz no processo normalmente, pois o fato foi praticado antes do casamento;
- (C) restou configurada causa de suspeição;
- (D) restou configurada causa de incompetência;
- (E) Paulo poderá funcionar como juiz no processo normalmente, pois não existe vedação quando a sogra é parte do processo.

**43**

Além do magistrado, diversas figuras são de grande relevância para o deslinde de uma ação penal, algumas exercendo funções fundamentais de acordo com o texto constitucional. Nesse contexto, pode-se citar como partes do processo em sentido amplo o Ministério Público, o acusado, o defensor/advogado, os assistentes de acusação e os funcionários da Justiça. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a presença do defensor/advogado para todos os atos processuais é indispensável, exceto se o acusado estiver foragido;
- (B) a impossibilidade de identificação do acusado por seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física;
- (C) em que pese funcionários da Justiça, como regra, as prescrições sobre suspeição dos juízes não se estendem aos serventuários;
- (D) o perito, ainda que nomeado e devidamente intimado, em caso de não comparecimento à audiência, não poderá ser conduzido;
- (E) o assistente de acusação somente poderá ingressar no processo até o momento da apresentação da defesa prévia pelo acusado.

**44**

Lucas, executor de mandados do Tribunal de Justiça, compareceu à casa de Gomes para efetuar sua citação, não o encontrando, porém. Considerando que o endereço indicado nos autos efetivamente era o do acusado e que esse era na mesma unidade da Federação do magistrado que exerce jurisdição no processo, retornou ao local em mais três oportunidades, certificando-se, após, que Gomes se ocultava para não ser citado.

Nesse caso, a citação:

- (A) deverá ser pessoal, necessariamente;
- (B) deverá ser realizada por edital, necessariamente;
- (C) poderá ser realizada por carta precatória;
- (D) poderá ser realizada por hora certa;
- (E) deverá ser realizada por carta rogatória, necessariamente.

**45**

No dia 30 de abril de 2015, Feliciano praticou crime de ameaça contra sua esposa, Martina, motivado por ciúmes e suspeita de um possível relacionamento extraconjugal. Diante dessa situação, considerando que o crime de ameaça é de ação penal pública condicionada, Martina compareceu à Delegacia e ofereceu representação por tais fatos. De acordo com a Lei nº 11.340/06 (Lei de Violência Doméstica), após o oferecimento da denúncia, mas antes de seu recebimento, Martina, reconciliada com seu marido:

- (A) não poderá se retratar do direito de representação, pois a retratação não é admissível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica;
- (B) não poderá se retratar, pois já houve oferecimento da denúncia;
- (C) poderá se retratar, desde que seja designada audiência especial para esse fim, na presença do magistrado e ouvido o Ministério Público;
- (D) não poderá se retratar, pois todos os crimes praticados no âmbito da violência doméstica têm a natureza de ação penal pública incondicionada;
- (E) poderá se retratar ao comparecer na mesma Delegacia em que ofertou a representação e manifestar esse interesse.

**46**

A Lei nº 4.898, de 09.12.1965, conhecida como Lei de Abuso de Autoridade, traz um procedimento próprio para apuração e julgamento dos crimes previstos nesse diploma legal.

De acordo com as previsões dessa lei, é correto afirmar que:

- (A) se o órgão do Ministério Público, por omissão, não oferecer denúncia no prazo fixado na lei, será admitida ação penal privada subsidiária;
- (B) a ação penal depende necessariamente da existência de inquérito policial prévio;
- (C) em regra, a audiência de instrução e julgamento não será pública, mas sim em segredo de justiça, já que envolve funcionário público;
- (D) das decisões, despachos e sentenças proferidas no âmbito dos procedimentos da Lei nº 4.898/65 não caberão recursos, já que não previstos nesse diploma legal;
- (E) caso o magistrado discorde da promoção de arquivamento da representação do Ministério Público, prosseguirá na ação independente de denúncia.

**47**

A Constituição da República prevê os princípios da ampla defesa e do contraditório como fundamentais. O Código de Processo Penal, por sua vez, traz previsões para o tratamento do acusado e de seu defensor, algumas vezes em consonância com as ideias desses princípios e outras não. De acordo com o Código, é correto afirmar que:

- (A) a audiência não poderá ser adiada pela ausência do defensor, ainda que justificada;
- (B) para constituição do defensor é sempre indispensável o instrumento de mandato;
- (C) a intimação do réu não revel para o ato de seu interrogatório é facultativa;
- (D) o acusado revel será julgado independente da presença de defensor ou advogado;
- (E) a intimação do defensor público nomeado será pessoal.

## Raciocínio Lógico-Matemático

**48**

João recebeu seu salário, gastou dele 40% nas despesas habituais e, do restante, 30% foram colocados na caderneta de poupança. A quantia que restou representa, do salário total, a porcentagem de:

- (A) 18%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 40%;
- (E) 42%.

**49**

Em uma cozinha há dois potes vazios diferentes A e B, sendo que o primeiro pesa 400g e o segundo pesa 540g. A cozinheira Elisa distribuiu 1kg de farinha, uma parte em cada pote, de forma que os potes com farinha ficaram com o mesmo peso.

A quantidade de farinha que o pote A contém é de:

- (A) 140g;
- (B) 370g;
- (C) 430g;
- (D) 570g;
- (E) 620g.

**50**

No departamento de contabilidade de certa empresa trabalham 1 homem e 4 mulheres. O diretor do departamento pretende escolher por sorteio duas dessas pessoas para trabalhar com um novo cliente.

A probabilidade de que as duas pessoas sorteadas sejam mulheres é de:

- (A) 50%;
- (B) 60%;
- (C) 70%;
- (D) 75%;
- (E) 80%.

**51**

Quatro amigos foram de Porto Velho para Ariquemes no carro de um deles e combinaram dividir igualmente a despesa com a gasolina. Saíram com o tanque cheio e, no destino, encheram o tanque de novo para verificar a quantidade de gasolina que foi gasta. Feita a divisão da despesa, um dos amigos percebeu que tinha esquecido a carteira e só pôde contribuir com os R\$ 5,00 que tinha no bolso. Com isso, cada um dos outros três teve que dar mais R\$ 3,50 para completar o total da despesa.

A despesa total com a gasolina foi de:

- (A) R\$ 62,00;
- (B) R\$ 64,00;
- (C) R\$ 66,00;
- (D) R\$ 68,00;
- (E) R\$ 70,00.

**52**

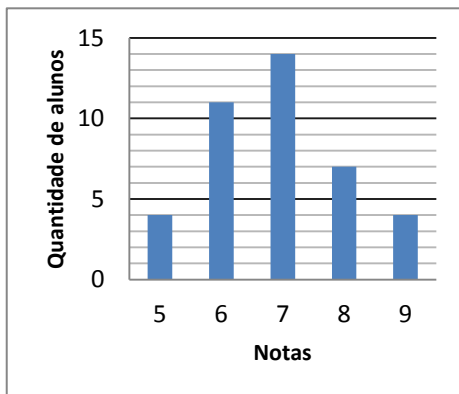
Considere a afirmação: “Nenhum pintor é cego”.

A negação dessa afirmação é:

- (A) Há pelo menos um pintor cego.
- (B) Alguns cegos não são pintores.
- (C) Todos os pintores são cegos.
- (D) Todos os cegos são pintores.
- (E) Todos os pintores não são cegos.

**53**

Em um curso de treinamento dos funcionários de uma empresa, as notas dos alunos de uma turma na prova final estão no gráfico a seguir:



A média dos alunos dessa turma foi:

- (A) 6,5;
- (B) 6,7;
- (C) 6,9;
- (D) 7,0;
- (E) 7,3.

**54**

Ana, Bia, Clara e Dulce possuem alturas diferentes e fizeram uma fila em ordem crescente das alturas. Sabe-se que:

- Dulce é mais baixa que Clara, que não é a mais alta.
- Ana é mais baixa que Bia, mas não é a mais baixa.
- Ana não está entre Bia e Clara.

É correto afirmar que:

- (A) Ana é mais baixa que Dulce;
- (B) Clara é mais alta que Bia;
- (C) Dulce é mais alta que Clara;
- (D) Bia é mais baixa que Ana;
- (E) Ana é mais baixa que Clara.

**55**

O avô de João fará 90 anos e no dia do aniversário, como presente, João dará ao seu avô exatamente 90 bombons. Os bombons preferidos do avô de João são vendidos em caixas com 6 bombons e em caixas com 8 bombons.

O menor número possível de caixas de bombons que João poderá comprar é:

- (A) 10;
- (B) 11;
- (C) 12;
- (D) 13;
- (E) 14.

**56**

Considere todas as placas de veículos desde NCD-4000 até NCD-9999.

O número de placas que possuem os dígitos todos diferentes é:

- (A) 2.520;
- (B) 3.024;
- (C) 3.528;
- (D) 3.786;
- (E) 4.032.

## Legislação Institucional

**57**

Conforme dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) a autonomia, a generalidade e o livre convencimento motivado;
- (B) a universalidade, a acessibilidade e o livre convencimento motivado;
- (C) a universalidade, a generalidade e a coletividade;
- (D) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- (E) a unidade, a imparcialidade e a isonomia.

**58**

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a:

- (A) orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (B) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis dos hipossuficientes, promovendo a ação civil pública e a ação penal pública incondicionada, de forma integral e gratuita;
- (C) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais homogêneos, promovendo a ação civil pública e exercendo o controle externo da atividade policial, tudo na defesa dos necessitados e de forma integral e gratuita;
- (D) orientação jurídica, a promoção dos direitos individuais e coletivos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos necessitados e do ente federativo a que estiver vinculada, de forma integral e gratuita;
- (E) orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

**59**

Em relação aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que:

- (A) o Defensor Público-Geral é nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis com mais de cinco anos na carreira, escolhidos em lista tríplice, para mandato de dois anos, vedada a recondução;
- (B) o Defensor Público-Geral é substituído em suas faltas, licenças, férias e impedimentos pelo Defensor Público decano, isto é, o membro mais antigo em atividade na carreira, desde que não tenha anotação de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais nos últimos cinco anos;
- (C) ao Defensor Público-Geral do Estado compete dirigir a Defensoria Pública do Estado e manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (D) ao Conselho Superior cabe decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e, em grau de recurso, sobre matéria disciplinar e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições;
- (E) o Corregedor-Geral é indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de todos os membros, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, vedada a recondução.

**60**

Bruno, servidor público estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, com preguiça de carimbar centenas de documentos, o que deveria ser feito em seu setor de trabalho, delegou para seu primo Vitor, pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, tal atribuição, que era de sua competência e responsabilidade. Assim agindo, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, Bruno incorreu, em tese, em infração disciplinar punível com:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão de até 10 (dez) dias;
- (C) suspensão de até 30 (trinta) dias;
- (D) suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (E) demissão.

**61**

Letícia, servidora pública estadual estável de Rondônia ocupante do cargo efetivo de professor, foi demitida após responder a processo disciplinar. Inconformada, Letícia requereu, dentro do prazo prescricional, revisão do processo, aduzindo e conseguindo comprovar fatos novos e circunstâncias suscetíveis de justificar sua inocência. Assim, Letícia obteve a invalidação de sua demissão por decisão administrativa e conseguiu sua reinvestidura no mesmo cargo anteriormente ocupado. No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 68/1992, o retorno ao cargo narrado, com ressarcimento de todas as vantagens, ocorreu por meio da:

- (A) readaptação;
- (B) reintegração;
- (C) recondução;
- (D) reversão;
- (E) relotação.

**62**

Cabe ao Defensor Público-Geral do Estado dirigir a Defensoria Pública, superintender e coordenar suas atividades e orientar sua atuação. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Defensor Público-Geral:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) avocar, fundamentadamente, atribuições específicas de qualquer membro da Defensoria Pública *ad referendum* do Conselho Superior, e delegar, no interesse do serviço, atribuições de sua competência;
- (C) apreciar e julgar, em última instância, os recursos interpostos dos resultados de concurso de ingresso, as reclamações manifestadas pelos candidatos, bem como as referentes às questões de tempo de serviço e de promoção;
- (D) aprovar os Regulamentos e Regimentos Internos necessários ao funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública, e obstar mediante exposição de motivos, a promoção por antiguidade;
- (E) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento.

**63**

Em tema de regime jurídico das férias dos Defensores Públicos Estaduais de Rondônia, consoante estabelece a Lei Complementar Estadual nº 117/94:

- (A) os membros da Defensoria Pública terão direito a férias anuais de 60 (sessenta) dias, individuais ou coletivas, de acordo com a escala aprovada pelo Defensor Público-Geral;
- (B) os membros da Defensoria Pública terão direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, que poderão ser gozadas de forma fracionada em 2 (dois) períodos de 15 (quinze) dias;
- (C) as férias não gozadas dos membros da Defensoria Pública, por conveniência do serviço, não poderão ser usufruídas cumulativamente nos meses seguintes, e deverão ser obrigatoriamente indenizadas em pecúnia;
- (D) as férias dos membros da Defensoria Pública somente poderão acumular-se por imperiosa necessidade de serviço e, no máximo, por até 6 (seis) períodos, devendo ser gozadas de forma integral na primeira oportunidade;
- (E) os membros da Defensoria Pública que forem condenados à sanção disciplinar de suspensão por mais de 30 (trinta) dias perderão o direito a férias anuais, que são de 30 (trinta) dias, do exercício seguinte.

**64**

À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de sua proposta orçamentária, nos termos da lei. Nesse sentido, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cabe-lhe especialmente:

- (A) encaminhar, de forma vinculante, ao Governador do Estado lista com relação dos aprovados em concurso público para provimento dos cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares;
- (B) encaminhar, de forma vinculante, ao Secretário de Estado de Administração suas folhas de pagamento para depósitos e expedição dos competentes demonstrativos;
- (C) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem à vacância ou não de cargos de carreira e dos serviços auxiliares;
- (D) fixar e reajustar os vencimentos de seus servidores auxiliares, por meio de resolução editada pelo Defensor Público-Geral e previamente aprovada pelo Conselho Superior;
- (E) criar e extinguir, por meio de resolução do Defensor Público-Geral, após aprovação pelo Conselho Superior, seus cargos da carreira de Defensor Público do Estado e de seus servidores auxiliares.

**65**

Sobre a assistência judiciária aos necessitados, a Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 estabelece que:

- (A) a parte gozará de seus benefícios, mediante afirmação por declaração, com firma reconhecida em documento à parte da petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- (B) presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, nos termos da lei, sem prejuízo próprio ou de sua família, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais;
- (C) seu pedido, quando formulado no curso da ação, deverá ser feito por petição autônoma que será juntada nos autos principais e suspenderá o processo, podendo o juiz, face às provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência;
- (D) a parte contrária poderá, no prazo de trinta dias do deferimento da gratuidade de justiça, requerer a revogação do benefício, desde que prove a inexistência dos requisitos essenciais à sua concessão, sob pena de preclusão, e tal requerimento suspenderá o curso da ação;
- (E) se transmite automaticamente ao cessionário de direito ou aos herdeiros que continuarem a demanda, presumindo-se que permanece a impossibilidade de pagamento das custas do processo e dos honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

## **Geografia e História de Rondônia**

**66**

Durante o processo de União Ibérica (1580/1640), Portugal avançou o seu território na América, resultando na transformação do espaço físico brasileiro que passou a ser continental. Assim foi possível a ocupação da região norte e, especificamente, a área do atual Estado de Rondônia. Tal processo de ocupação de Rondônia se deu pela presença dos jesuítas na região, buscando a catequização dos indígenas.

Acerca da conquista territorial de Rondônia entre os séculos XVII e XVIII, um outro grupo responsável por esse processo foi:

- (A) a elite açucareira interessada na ampliação dos engenhos de açúcar na região norte;
- (B) a elite pecuarista que avançou da região sul em busca de melhores pastagens;
- (C) os bandeirantes que buscavam a exploração econômica da região;
- (D) os produtores de borracha interessados na riqueza oferecida pelo produto no exterior;
- (E) os produtores de soja que tinham o interesse de ampliar a sua produção.

67

A ocupação dos Vales do Guaporé e do Madeira durante o século XVIII e XIX apresentou características antagônicas. Enquanto o Vale do Guaporé entrou em decadência no século XIX em função da crise mineradora, o Vale do Madeira iniciou um período de prosperidade econômica e aumento demográfico, que pode ser justificado pela:

- (A) extração da borracha que atraiu milhares de migrantes para a região;
- (B) produção de café, que atraiu a população boliviana para a região;
- (C) construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que atraiu estrangeiros para a região;
- (D) extração das drogas do sertão, que consolidou a demarcação de terras indígenas na região;
- (E) criação de uma zona franca na região, atraindo o capital externo.

68

“Em Porto Velho, cada soldado é um operário e cada operário um soldado com o objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da pátria.”

A frase proferida pelo Presidente Getúlio Vargas em 1940 marcou a sua política de ocupação da região norte do país. Em relação ao processo de formação de Rondônia, a política varguista resultou:

- (A) no início da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré;
- (B) na instalação do complexo hidrelétrico e industrial de Samuel;
- (C) na liberação governamental da exploração do ouro pelo capital estrangeiro;
- (D) na assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia, garantindo a extração da borracha;
- (E) na criação de territórios federais, entre eles o de Guaporé, que deu origem a Rondônia.

69

Bacias Hidrográficas de Rondônia



Fonte: <http://www.sedam.ro.gov.br>

“A Agência Nacional de Águas (ANA) acusou o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dono da hidrelétrica de Jirau, de não ter executado todas as obras exigidas da empresa para evitar novas inundações (...). Em fase de conclusão, Jirau está localizada a cerca de 120 km de Porto Velho (RO).”

Fonte: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

A bacia hidrográfica da qual trata a notícia anterior está identificada no mapa com o número:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

70

Ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, o território do estado de Rondônia passou por um conjunto de transformações que podem ser periodizadas de acordo com os resultados territoriais dos processos que marcaram cada momento. Acerca dessas transformações, considere as afirmativas a seguir:

I – Entre 1970 e 1995, observamos a rede urbana em formação, com centralidade econômica e política em Porto Velho.

II – A partir de meados da década de 1990, a política de colonização agrícola surgiu como principal motor de interiorização do povoamento.

III – Nos últimos anos, observamos um fechamento da frente de expansão em função da rígida fiscalização em espaços de preservação ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.



Realização

 **FGV PROJETOS**